

Políticas e práticas de habitação social: visão dos assistentes sociais

Social housing policies and practices: social workers views

Vânia de Sousa¹
Hermínia Gonçalves²

Resumo

As profundas alterações da sociedade têm promovido mudanças nas políticas habitacionais ligadas às transformações socioculturais de vida dos sujeitos, desafiando cada vez mais o serviço social a uma prática crítica, estruturalista e de mediação do acesso. A nova geração de políticas habitacionais oferece instrumentos inovadores na tentativa de mitigar o problema estrutural de condicionamento do direito à habitação em Portugal. Atualmente, as políticas têm alternado entre a promoção direta de habitação (como a construção em situações de carência de habitação dos estratos sociais insolventes) e a promoção indireta (através da atribuição de apoios financeiros e benefícios fiscais bem como o apoio à aquisição da sua própria habitação) (Matos, 2001, Serra, 2002, Antunes 2018). No âmbito deste artigo, interessou-nos o ângulo de visão do serviço social, sobre o modo como são percecionadas as possibilidades reais de acesso, no quadro das novas políticas e sobre possíveis transformações na prática. Metodologicamente organizamos a pesquisa como estudos de caso, mobilizando o método qualitativo, para estudar práticas e visões de acesso em 4 concelhos da região norte de Portugal. Da pesquisa constataram-se visões positivas da transformação da política, nomeadamente pela alavancagem de novos recursos que permitem aumentar o acesso. Os profissionais reproduzem uma abordagem próxima das visões clássicas, individualista-reformista, de tipo assistencialista, muito suportada nos regulamentos municipais. A escassez do recurso tem desencadeado uma postura profissional normativa e tecnocrata, em detrimento de posturas reflexivas e críticas, de mediação política. A narrativa de eficácia e eficiência nem sempre corresponde à evidência empírica. É importante que os assistentes sociais adotem um paradigma alternativo de práticas, que enfatize a mediação, dado que o problema da habitação é um problema estrutural.

Palavras-chave: Políticas Habitacionais, Serviço social, Visão dos Assistentes Sociais

Abstract

The profound changes in society have promoted shifts in housing policies linked to the sociocultural transformations of individuals' lives, increasingly challenging Social Services to adopt a critical, structuralist, and mediation-oriented practice in facilitating access. The new generation of housing policies offers innovative tools in an attempt to alleviate the structural problem of housing rights conditioning in Portugal. Currently, policies have alternated between the direct promotion of housing (such as construction in situations of housing shortage among insolvent social strata) and indirect promotion (through the provision of financial assistance and tax benefits as well as support for home ownership) (Matos, 2001; Serra, 2002; Antunes, 2018). We were interested in the perspective of Social Workers on how the real possibilities of access are perceived within the framework of new policies and potential transformations in the practices. Methodologically, we organized the research as case studies, mobilizing qualitative methods to study practices and access views in 4 municipalities in the northern region of Portugal. The research revealed positive views of policy transformation, notably due to the leveraging of new resources that increase access. Professionals reproduce an approach close to classical, individualistic-reformist views, of an assistance-oriented type, heavily supported by municipal regulations. It is understood that the scarcity of resources has triggered a normative and technocratic professionalism, at the expense of reflective and critical stances, of political mediation. The narrative of effectiveness and efficiency does not always correspond to empirical evidence. It is important for social workers to adopt an alternative paradigm of practices that emphasizes mediation, given that the housing problem is a structural issue.

Keywords: Housing Policies, Role of Social Services, Social Workers' Perspectives

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD) em práticas de Serviço Social na habitação

² Professora e Investigadora, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD); Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD), Vila Real, Portugal. hgoncalves@utad.pt, Orcid ID 0000-0002-1051-9311

Introdução

Atendendo à crise habitacional em Portugal, o assistente social possui responsabilidades específicas e essenciais na luta pela defesa e garantia dos direitos de cidadania e pela efetivação da política habitacional, “a habitação não pode ser concebida como mero abrigo, pois ela representa a porta de entrada dos serviços urbanos” (Silva, 1989, p.30)

O agir profissional deve estabelecer e promover uma relação com o requerente da política de habitação, e igualmente dotar de “inovação, criatividade, qualidade, responsabilidade social, comunicação e motivação, desenvolvimento de pessoas, flexibilidade, por uma visão realista do meio envolvente, enfim, um assistente social mais proactivo e menos reativo e mais facilitador” (Lima, 1995, p.8).

No campo da habitação é fundamental que o assistente social mobilize subjetividades para esclarecer perceções de necessidade de acesso e de necessidade de integração social, garantindo condições positivas de realojamento e vivência no espaço habitacional. A sua intervenção, no seguimento de correntes conservadoras e clássicas, deve valorizar a relação de afeto. Por outro lado, tendo em conta as constantes mutações e complexidades da sociedade contemporânea, deve fazer uso de marcos teóricos contemporâneos, das teorias sistémicas e críticas, na construção de práticas de atribuição, acompanhamento e gestão de habitação adequadas.

Na sequência de uma nova configuração do Estado Social, e da descentralização de atribuições e competências aos municípios³, observa-se o adensar de funções sociais e o crescente protagonismo, e responsabilidade no domínio social, desafiando o Serviço social a funções de proximidade na resposta a assuntos sociais, nomeadamente na área da habitação pública. Esta configuração tem implicado na capacidade de reinvenção de práticas locais. Segundo Bento (2016) “estas transformações, parte integrante de um processo mais vasto de mutação do Estado Social, conduzem ao que Lacomba (2004) denomina de `novas modalidades de trabalho social, que têm como ponto de partida uma sobrevalorização de explicações de natureza interpretativista dos problemas sociais, em detrimento de explicações de natureza macrossocial” (p.13).

³ Lei 75/2013 de 12 de setembro que “estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico” (<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/75-2013-500023>).

Este artigo procura apresentar as visões dos profissionais do serviço social Municipal nos quatro concelhos em estudo.

Na primeira seção, efetuamos esclarecimentos conceituais: funções e papéis dos assistentes sociais na habitação pública. Na segunda seção apresentamos o modelo de análise, nomeadamente paradigma e métodos de investigação. Na terceira, apresentamos e discutimos os resultados, destacando conclusões sobre a visão dos assistentes sociais que não difere de acordo com o território.

1. Esclarecimento concetual: funções e papéis do assistente social na habitação pública

O serviço social está desafiado à reflexividade crítica da realidade mutante, caracterizada por relações diversas e mudanças estruturais, contribuindo para a epistemologia desta disciplina /profissão e por inerência para melhorar a performance do sistema de práticas.

A literatura, suportada nas constantes mutações da sociedade e das conseqüentes políticas sociais, refere que o serviço social na sua prática deve procurar uma visão mais integradora, analisando todo o contexto político e organizacional, as estruturas sociais e a sua funcionalidade, para desencadear atuações sistémicas em oposição a atuações movidas pela vertente mais clássica e assistencialista do serviço social. Deverá procurar-se uma visão que, se centre também, numa prática de *empowerment* com o propósito de potenciar a capacidade e autodeterminação do sujeito (Amaro, 2015).

O confronto da identidade profissional com a mediação do direito à habitação das famílias vulneráveis é também um problema. O sucessivo aumento dos preços das casas em Portugal nos últimos anos, não é compatível com a estrutura salarial das famílias fazendo com que estas se deparem com uma grande dificuldade no acesso à habitação, pois os salários continuam baixos, e as pessoas têm dificuldades de acesso ao mercado privado, agravando a pobreza relativa bem como reforça a desigualdade e a exclusão. “As famílias de baixos rendimentos também têm maior probabilidade de viver em casas de baixa qualidade” pois não “têm condições de arcar com a manutenção regular ou melhorias) da casa, ao mesmo tempo que enfrentam barreiras para mudar para casas de melhor qualidade” (OCDE, 2021).

A OCDE (2021) refere que o acesso à habitação está a ser dificultado, por parte das famílias mais vulneráveis, dado ao aumento significativo dos preços das casas e das rendas. Estas famílias são excluídas da hipótese de alugar uma casa em sistema de segurança, salubridade e condições de habitabilidade adequadas e quando dispõem de recursos mínimos, as habitações encontram-se com problema de sobrelotação e insalubridade.

O acesso à habitação é uma necessidade e um direito dos cidadãos, que se constitui uma premissa fundamental para reduzir a pobreza nas sociedades contemporâneas, apresentando-se como uma via importante para promover a igualdade de oportunidades, inclusão social e a mobilidade social das pessoas.

Apesar da importância que a questão da habitação assume, a resposta pública não tem merecido a devida atenção por parte do Estado, ao contrário do que se observa em domínios como a saúde, a educação, o desemprego e a segurança social. Na perspectiva de Serra (2002) esta situação provém do facto de a habitação ser considerado um problema recente e corresponder a necessidades usualmente consideradas “secundárias ou materiais” ao contrário da categoria das “necessidades primárias ou vitais, mais diretamente associadas à sobrevivência fisiológica” (p.78).

A abordagem do serviço social tem conduzido à criação ou redefinição de novas políticas sociais concordantes com as necessidades específicas do território, construídas localmente, facilitadoras do envolvimento dos atores locais, com destaque para as Câmaras Municipais com competências de gestão do parque de habitação pública, descentralizadas desde os anos 80 e, frequentemente, mobilizadoras do envolvimento da população, em particular dos grupos sociais desfavorecidos, na revitalização do espaço habitacional e no desenvolvimento de novos recursos territorializados. Segundo Gonçalves (2012) está em curso uma mudança de paradigma na política social, do paradigma universalista para o paradigma territorialista que, “sugere o aumento da importância da dimensão infranacional e a emergência de novos atores, as regiões, as autarquias e as organizações não governamentais, com argumentos de reforço de resposta integrada, participação e cidadania” (p.8). Esta transformação do papel do Estado, em traços gerais, implica o serviço social na interlocução com outros atores locais, com vista à criação de políticas territorializadas.

Cabe aos assistentes sociais analisar as políticas existentes, compreender o problema na sua interação com a pobreza objetiva e subjetiva, mediar pela construção de novos acessos e monitorizar as medidas de (re) acomodação social propondo, se necessário, novas políticas complementares essenciais ao acesso à habitação. Os assistentes sociais deverão ser um agente ativo com o objetivo colmatar qualquer falha do sistema. Santos et al. (2014) sublinham que, “na área habitacional o assistente social tem responsabilidade específica e crucial para dar um respaldo à desigualdade habitacional. Promover a cidadania dos usuários da política habitacional consiste em uma delas” (p.138).

Também Córdoba (2019) refere que a profissão de assistente social deve estar empenhada em potenciar o bem-estar dos indivíduos, famílias, grupos, comunidades e sociedade. Sublinha que o bem-estar individual e social é sustentado por comunidades socialmente inclusivas, que facilitem princípios de justiça social e respeito pela dignidade e pelos direitos humanos, todavia, também a este nível é crucial a intervenção dos assistentes sociais de forma a empoderar as comunidades para o exercício desse papel.

A relação entre assistente social e as pessoas requer proximidade e conhecimento dos respetivos territórios, nomeadamente do espaço habitacional e da sua interação com espaços vizinhos que condicionam ou facilitam a inclusão social. O conhecimento e a consciencialização de riscos e potencialidades do território permitirão ao assistente social encontrar soluções positivas e necessárias concordantes com a necessidade da população, que reside nos espaços habitacionais públicos.

Romeiras (2009) caracteriza o território “como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva” (p.192). A mesma autora, cita Koga (2003) para sublinhar que o território “assume diferentes «interfaces», que conjuntamente demonstram a sua complexidade, concluindo que tais interfaces devem estar representados nas políticas públicas, uma vez que permitem uma visão global da questão social” (p.192).

O conhecimento do território é fundamental para o processo de intervenção, nomeadamente no campo de habitação e estando na agenda a construção de planos estratégicos municipais os

Os assistentes sociais atuam em conformidade com o processo de investigação e intervenção social, cabendo-lhe conceber, planear, organizar,

aplicar e avaliar o processo profissional no âmbito da respetiva profissão, com o objetivo da promoção do bem-estar social e da melhoria das condições de vida dos cidadãos, grupos e comunidades (Nunes 2003 citado em Noronha, 2011, p.65).

Os assistentes sociais exercem uma função crucial na promoção ao direito à habitação, tem a seu cargo o papel de reforçar o acesso à habitação dos públicos sociais, através da atribuição do recurso ou do planeamento, execução e acompanhamento de programas e projetos de habitação. É, por isso, crucial para o serviço social desenvolver uma afirmação corporativa, uma “racionalidade técnica” e uma “moral-prática” (Viscarret, 2007), encarando a teoria como “ferramenta profissional” indispensável no âmbito da prática do assistente social: na observação, enquanto orientador do que deve e como observar; descrição, como linha orientadora de “vocabulário conceptual e um marco teórico dentro do qual as observações podem ser ordenadas e classificadas”; na explicação do que observou; predição, na qual o assistente social efetua um balanço da situação e, por último, na sua intervenção ao “sugerir caminhos de atuação para conseguir a mudança” (Viscarret, 2007, p.21).

2. Modelo de análise: paradigma e métodos de investigação

2.1. Objetivos de investigação

O presente artigo estabelece como objeto de investigação as práticas e visões de acesso à habitação pública explicitando possíveis dicotomias de acesso e de práticas de mediação entre território rurais e urbanos.

O acesso à habitação nas sociedades atuais ocidentais é um problema, que assume maior expressão em famílias economicamente vulneráveis e em territórios urbanos (OCDE, 2016). Pretendemos perceber como estas assimetrias de recursos de habitação entre territórios interferem com a prática, com visões de práticas e com a prática de mediação do serviço social. Interessou-nos o ângulo de visão do serviço social sobre o modo como são percecionadas as possibilidades reais de garantirem acesso ao recurso habitação pública em territórios urbanos e rurais.

Este artigo estabeleceu a seguinte questão central: os modelos de prática do serviço social trabalham a mediação do acesso ao direito à habitação pública? Com os novos instrumentos da lei (atribuição de habitação, subsídio de arrendamento, e apoio à

reabilitação) foi possível aos assistentes sociais aumentarem o acesso à habitação por parte de famílias vulneráveis nos concelhos em análise? Qual a sua visão?

2.2 Paradigma e métodos de investigação

Partindo dos objetivos e da questão central foi pensado um modelo de análise que permitisse não só recolher as subjetividades e visões dos técnicos, como também explicitar possíveis dicotomias na oferta e procura de habitação social.

Partimos do paradigma sócio crítico organizando a investigação de modo a fornecermos leituras sobre possibilidades de práticas no serviço social de habitação que sirvam de suporte a própria prática nestes contextos socioinstitucionais.

Em termos metodológicos, a investigação foi orientada pelo estudo de caso e método qualitativo desencadeando a análise em profundidade de dimensões relativas à capacidade do recurso em territórios diferentes, às práticas de serviço social e ao seu impacto na mediação de acesso, explorando visões da prática sobre perfis profissionais dominantes na área da habitação, mais conservadores ou ativistas.

Optou-se pela seleção de quatro casos, dois concelhos urbanos e dois rurais, do distrito de Vila Real. Yin (2001) menciona que “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e maturação de alguns sectores” (p.21).

2.3 Instrumentos de recolha e tratamento de dados

A revisão bibliográfica foi complementada por uma extensa análise documental do quadro legal e de documentos secundários sobre as políticas de habitação e subsídios de arrendamento através de consulta do portal de habitação em Portugal, Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Estratégia Municipal de Habitação de cada município, procedendo ao levantamento de indicadores como, número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), número de fogos/bairros, número de famílias alojadas, número de pedidos em lista de espera, valor médio do custo das rendas e ponto de situação da estratégia.

Além da análise documental dessas fontes secundárias, incluímos a aplicação de entrevistas semiestruturadas a assistentes sociais e outros profissionais das equipas multidisciplinares municipais, para aprofundar a perspetiva dos profissionais acerca das práticas de mediação dos assistentes sociais e sobre as respetivas visões de acesso ao direito à habitação.

A entrevista apresentou-se como um dos principais instrumentos de pesquisa de carácter qualitativo constituindo-se como crucial para o estudo dos casos (Yin, 2005). Organizámos a entrevista semiestruturada com perguntas abertas que abordaram a visão dos profissionais sobre a transformação da política, percorrendo implicações na prática e na mediação dos assistentes sociais na Habitação Pública.

A investigação incidiu em quatro concelhos do distrito de Vila Real: Vila Real, Chaves, Valpaços e Boticas, sinalizados a azul na figura n.º 1:

Figura 1 – Territórios do Estudo



Fonte: Elaboração própria com base no Google Maps.

3. Apresentação dos resultados

3.1. Visões da transformação decorrente da NGPH

A Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) é considerada pelos profissionais como um instrumento que procura mitigar o problema de acesso à habitação. Atualmente a resposta à procura de habitação por parte de famílias vulneráveis não é necessariamente resolvida. Apesar da disponibilização de outros recursos, para além da atribuição de casa, como a concessão de subsídios de apoio ao arrendamento, que

permitam aceder à habitação no mercado de arrendamento, é transversal o entendimento de que, embora a NGPH tenha proporcionado nos quatro concelhos estudados novos instrumentos de acesso à habitação, nas visões dos assistentes sociais e dos profissionais que integram as equipas multidisciplinares da ação social, a dinâmica do acesso à habitação parece ser reveladora de melhorias muito tímidas, face a critérios de elegibilidade regulamentados pelo município. Vejam-se os seguintes discursos:

O programa de apoio à renda (...) visa ser, sobretudo uma resposta à falta de habitação social que não havendo disponibilidade de habitação social, nós apoiamos o arrendamento no mercado normal através de uma percentagem do valor do arrendamento. Outro programa é o das melhorias habitacionais, isto implica que hajam proprietários de uma casa sem dignidade, casa abarracada e o município o que faz é fazer um apoio para a melhoria daquela habitação (E1)

E ainda,

Nós já temos um regulamento municipal em que podemos ajudar até 60 agregados familiares com a ajuda ao arrendamento. (E2)

É transversal uma narrativa de valorização dos novos quadros legais, reconhecidos como fundamentais para alavancar novas formas de trabalhar o problema da habitação. Segundo os profissionais possibilitaram rever e estabelecer nos novos contratos, permitem efetuar uma gestão mais controlada e assertiva quando comparada com os contratos celebrados anteriormente (à Nova Geração de Políticas de Habitação), ou seja, a nova lei oferece condições mais adequadas para garantir habitação de acordo com a tipologia do agregado familiar. Vejam-se os seguintes discursos:

Eu vejo nos contratos, por exemplo, que foram celebrados com os inquilinos do bairro social, isto há 20 anos atrás, aqueles contratos que eram contratados que eram feitos pelo IRHU unicamente, a autarquia colocava o nome da pessoa que ia ocupar a casa e os contratos já vinham de alguma forma elaborados por eles(...) temos casas que são tipologias T4 em que neste momento não seriam necessários [refere-se à dimensão atual da família]..., na altura a família era grande... hoje a família mais pequena está a residir sozinha na tipologia T4, mas nós não os conseguimos mudar para

uma casa mais pequena porque os próprios contratos, de alguma forma, não salvaguardaram isso(...) quero acreditar que os contratos que serão celebrados agora, com as pessoas que forem agora a ocupar as casas que vão ser criadas no bairro social, acredito que já tenha alguma alínea [refere-se à possibilidade de rever o realojamento ou a atribuição em função da dimensão do agregado], por exemplo, relativamente a essa situação em que mais tarde possamos fazer essa alteração dentro do bairro se existir uma casa mais pequena (...) (E2)

Veja-se ainda,

Claro, a nova legislação de políticas, para mim, tem um pecado, foram pensadas de forma tardia e agora também demoram muito na sua implementação, com bastante burocracia na sua instrução. Se compararmos com anos anteriores, obviamente há um fator de inovação e uma preocupação de índole social que é muito importante de salientar, não é, porque antigamente nós víamos programas como o PER e outros, que construíam aquelas estruturas megalómanas, o importante era fazer bairros grandes que alojassem o maior número de pessoas, verificamos que isso futuramente não é sustentável, criam-se guetos sociais, não é? (...) (E1)

E,

Sim... inovadoras não sei se será o termo mais adequado, mas que avançamos a nível de políticas sem dúvida. (E7)

As evidências permitem concluir que a NGPH é inovadora na articulação de recursos permanecendo, no entanto, a dúvida quanto à abrangência e à universalidade do acesso aos recursos trazidos pela nova política. Para os profissionais há incertezas quanto ao impacto no aumento da habitação social e no aumento da resposta pública. Apesar de estarem pensadas e delineadas as ELH são um documento estratégico cuja conceção nos referidos concelhos está a iniciar-se. Vejam-se alguns discursos,

Nós vamos agora implementar a Estratégia Local de Habitação em que, acredito que de alguma forma, venha a compor um bocadinho a parte da habitação social existente no concelho, ou seja, temos um bairro social em que a oferta é insuficiente para a procura, e agora a parte do bairro existente vai ser remodelada e vamos ampliá-lo em mais 48 habitações (...) (E2)

E ainda,

Também na sequência do 1º Direito existe uma Estratégia Local de Habitação mas toda ela está pensada no Município,(...)existem algumas medidas que são conhecidas desde a reabilitação e outras que estão a ser pensadas como a construção de 180 fogos (...) (E7)

A ELH assenta em pressupostos de previsibilidade local estratégica que priorize, em primeira instância, a resolução de situações habitacionais indignas, prevendo ainda a resposta a carências habitacionais, e responda sobre as situações de dificuldade de acesso à habitação. No âmbito da estratégia local deve considerar-se a identificação de carências habitacionais e a sistematização de recursos imobiliários, incluindo a totalidade do parque habitacional (público e privado) e as construções não licenciadas, com vista a programar novas soluções habitacionais.

A título de exemplo, constate-se que dos 560 alojados em Vila Real, 240 encontram-se em lista de espera para um universo de 38 casas livres, atualmente. A meta de construção de 180 novos fogos previstos na ELHVR⁴ não permite responder ao número de pessoas em lista de espera. A habitação social ou a habitação apoiada, continuará a ser inferior à procura, porém permite responder a situações indignas, insalubres ou de mobilidade nas habitações. Veja-se o seguinte discurso:

Nós já temos um regulamento municipal em que podemos ajudar até 60 agregados familiares com a ajuda ao arrendamento. (...) No próprio regulamento municipal temos isso muito bem estruturado e temos ajudado muitas pessoas do concelho a fazer obras em habitação própria e, de alguma forma, também conseguimos a que a institucionalização seja um pouco mais tarde porque criamos condições ou as mínimas condições, se assim quisermos dizer, em habitação própria para que, de alguma forma, consigam continuar a residir na habitação. (E2)

⁴ “As frações destinam-se a – no âmbito do programa “1.º Direito”, promovido no quadro do Investimento RE-C02-i01 (Programa de Apoio ao Acesso a Habitação) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – serem entregues a pessoas que cumpram os requisitos definidos para o efeito, nos termos e condições plasmados no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na redação atual, no Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, na Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho e, bem assim, no Aviso de Publicitação n.º 01/C02-01/2021 do PRR.” Consultado em <https://www.cm-vilareal.pt/index.php/habitacao-social>

Face ao desequilíbrio entre recursos disponibilizados e procuras sociais, os profissionais protegem-se por trás de regulamentos municipais, que representam como o instrumento de orientação da avaliação diagnóstica, que permite enquadrar ou não o pedido nas condições de acesso. Os regulamentos, encarados a partir do enfoque weberiano, que percebe a burocracia como aparato típico da dominação racional-legal (Weber, 2004), legitimam a componente técnica da análise. As circunstância do pedido, em termos habitação, trabalho, rendimento, menores a cargo, problemas de saúde, de violência no agregado, entre outras estabelecidas nos regulamentos, permitem aos profissionais priorizar e propor respostas a determinadas famílias que consideram mais elegíveis nos critérios, em detrimento de outras. A decisão de atribuição do apoio é política e por inerência hierarquizada.

Com efeito o diagnóstico social é representado transversalmente como fundamental para apurarem os critérios de acesso à resposta de habitação, e, por outro lado a decisão é representada através do envolvimento da esfera política da instituição, como se a racionalidade hierárquica e formal da instituição, se impusesse, às determinantes objetivos que comprometem direitos humanos.

3.2. Visões da prática e da intervenção

Atendendo às constantes mutações da sociedade e conseqüentes políticas sociais, a prática do serviço social procura uma visão mais integradora, na qual se incorpora a análise do contexto político e organizacional, e a análise da elegibilidade do apoio, num olhar socio-crítico diferente do olhar clássico do serviço social. Procura uma prática que se centre no *empowerment* com o objetivo de potenciar a capacidade e autodeterminação do sujeito (Amaro, 2015) e por inerência a autonomização dos apoios.

Procurámos organizar as visões da prática dos assistentes sociais e dos profissionais, que integram a equipa multidisciplinar nos territórios em estudo, partindo de uma breve explicação das principais teorias da prática (Payne, 2002) e aplicando uma escala de *likert* em que um é pouco aplicado e cinco é muito aplicado. Podemos concluir maior predominância de orientações teóricas sistémicas. Veja-se o quadro 1:

Quadro n.º 1, Visão da prática segundo a orientação teórica

Grupos de Teorias	Perfil do Profissional	Respostas (5 na escala de likert)
Teorias Cognitivo Comportamentais	Segue uma intervenção individualizada de apoio e empoderamento. Trabalha o indivíduo no sentido da atribuição do recurso.	1
Teorias Sistémicas e Ecológicas	Trabalha o indivíduo como um todo e em interação com os vários sistemas que estão em falha. Identifica-se as causas dos problemas e situa a sua relação com os sistemas, para se criarem novas ligações entre as pessoas e os sistemas de recursos.	6
Teorias Críticas	É reivindicativo e crítico relativamente às estruturas e serviços. Forte mediação política pelo direito à habitação.	

Fonte: Elaboração Própria com base no depoimento dos entrevistados.

Podemos constatar que as teorias que orientam a prática dos entrevistados, em seis dos sete profissionais, é a teoria sistémica. Em cinco profissionais de territórios rurais e um profissional do território urbano, a prática não se limita à atribuição específica de uma resposta, procura promover atividades relacionadas com as causalidades da fragilidade habitacional, isto é, promovem formação, atividades de integração e socialização, atividades que promovam o sucesso escolar, entre outras.

Vejam-se os seguintes discursos:

É assim, se pensarmos no paradigma sócio crítico e nas teorias de ação e da pesquisa ação, eu acho que, eu posso dizer que, para mim qualquer intervenção que a gente faça, eu penso sempre no hábito mais reflexiva, o que ela poderá trazer de contributos para o futuro, quais foram os constrangimentos, quais foram as mais-valias, eu devo usar isto numa situação futura ou não? Eu trabalho sempre em uma ótica de que haja uma face de investigação e que esta me possa conduzir a uma ação para melhorar a minha conduta. (E1)

E,

Sim, obviamente tentamos sempre o empoderamento das pessoas. No entanto, desde que esta delegação de competências passou para as

autarquias, nós também somos obrigados a dar uma resposta imediata, por exemplo (...) (E2)

E ainda,

Sim preocupamo-nos não só no problema mas depois há um todo envolvente que nos preocupa e que também queremos que corra pelo melhor [refere-se a toda a integração social]. (E3)

Num dos territórios urbanos, o profissional considera que a teoria que orienta a sua prática é psicologizante. Considera que a sua prática responde ao problema habitacional específico, com atividades de integração desenvolvidas nos bairros no âmbito de programas e projetos de intervenção voltadas para a autoestima: “É a primeira, é a psicologizante. É a primeira sem dúvida. Infelizmente e muitas vezes acabamos por dar respostas muito centradas nas manifestações individuais” (E7).

Procurámos organizar as visões da prática dos assistentes sociais e dos profissionais que integram a equipa multidisciplinar nos territórios em estudo, enquadrando-as nas visões de intervenção já sistematizadas na literatura Payne (2002) e Dominelli (1998). Veja-se o quadro n.º 2:

Quadro n.º 2. Visão da Intervenção tendo em conta perfis profissionais avançadas por Payne (2002)

Visões do perfil da prática na literatura	Discursos
<p style="text-align: center;">Individualista-Reformista</p> <p>Destaca como principal função do assistente social, fazer com que os sujeitos se ajustem e se adaptem à realidade existente, cujo problema central recai sobre o sujeito intervencionado. Corresponde normalmente a uma abordagem clássica que coloca o assistente social como o agente que elabora o diagnóstico, mobiliza instrumentos e serviços de apoio social à resposta, e, se considerar pertinente, encaminha o processo para outros órgãos competentes. A visão individualista- reformista “define objetivos claros e envolve o planeamento e a prestação de serviços e ajuda individual de forma organizada e eficiente” (Payne, 2002, p.129).</p>	<p>Na minha prática é a Individualista-reformista (E7)</p> <p>Penso que a Individualista-Reformista...porque ajuda e promove a justiça social... porque acaba por criar aqui o relacionamento com outras políticas e situações. (E5)</p> <p>Individualista... mas também vai dependendo do beneficiário, das famílias, das problemáticas que são identificadas. (E3)</p> <p>Sim, sim. E4 e E6 [quando referiram concordar com a resposta de E3]</p> <p>Individualista-Reformista..., como estávamos a falar da Emancipatória..., é na qual me enquandro mais (...) E2</p>
<p style="text-align: center;">Socialista-Coletivista</p> <p>Exerce uma função de fornecer ferramentas para capacitar os sujeitos a transformar o sistema (Amaro, 2015). Um dos grandes desafios desta visão passa por criar mudanças no sistema vigente, porém, verifica-se que, em algumas situações, a prática desvaloriza grupos minoritários e ou desfavorecidos o que leva à criação de uma estrutura de práticas focada na opressão.</p>	<p>[Numa referência a Malcolm Payne] é a, Coletivista, parece-me que [a prática] deve capacitar o indivíduo para que consiga transformar o sistema, e obviamente depois a Emancipatória de Dominelli. (E1)</p>

Terapêutica-Reflexiva

Centrada no desenvolvimento pessoal e humano das capacidades dos sujeitos, ou seja, decorre das práticas que procuram que o sujeito tenha autonomia para alcançar os seus objetivos e seja capaz de desenvolver as suas capacidades pessoais de modo a ultrapassar as suas dificuldades pessoais ou desvantagens sociais. Para o autor, a visão terapêutica- reflexiva implica o Serviço social num papel de auxiliar indivíduos (e talvez grupos e comunidades) na definição de objetivos e na aplicação e desenvolvimento desses objetivos. “Pretendendo alcançar objetivos pessoais, desenvolvimento pessoal e poder sobre o contexto, isto é, identificando e completando de forma satisfatória as suas necessidades e desejos” (Malcolm Payne,2022,p.129).

Penso que a minha prática também é Terapêutica, na medida em que apoio as pessoas na definição de objetivos e na monitorização das conquistas. (E5)

Fonte: Elaboração própria tendo em conta os dados recolhidos.

Após a análise das respostas dos entrevistados, concluímos que dos sete entrevistados, seis posicionam-se na visão individualista-reformista de Malcolm Payne (2002), com práticas que procuram auxiliar as pessoas na adaptação da realidade e às suas constantes mutações, bem como prestar apoio social individualizado. Enquanto um dos profissionais se identifica com a visão socialista-coletivista de Payne (2002) com práticas que promovem o questionamento da ordem social e, em parte, com a visão terapêutica-reflexiva com práticas voltadas para o empoderamento individual e familiar.

A visão predominante dos profissionais é claramente individualista-reformista. O profissional procura auxiliar os sujeitos a ajustarem-se à realidade e assume, pontualmente, a mediação, ao fornecer serviços de apoio social, segundo os instrumentos de que dispõem. Esta postura menos pró-ativa em termos da construção de políticas territorializadas ou de novas práticas de gestão da habitação, pontuadas pela elaboração de relatórios com dados relevantes sobre o problema que reforcem a mediação; ou práticas de participação na deliberação inexpressivas pelo afastamento das estruturas de deliberação, é interpretada pelos profissionais como práticas próximas das abordagens clássicas de tipo assistencialistas.

A atuação do assistente social na área habitacional deve reforçar a autonomia do profissional para aplicar os direitos dos cidadãos, assumindo maior poder no papel de mediação. Segundo Guerra (2000) a

instrumentalidade para o serviço social não é somente um conjunto de técnicas, mas sim, o uso constante de instrumentos que se fazem necessários ao quotidiano profissional, sendo assim, é por meio desses instrumentos que

os assistentes sociais modificam, alteram e até mesmo transformam a realidade social (p.2).

Face à memória da escassez do recurso habitação social, os profissionais apresentam visões positivas dos novos recursos da NGPH demonstrado posicionamentos e visões positivas acerca dos recursos e políticas de habitação pública introduzidos recentemente. Vejam-se os seguintes discursos:

Recentemente nós fizemos uma intervenção num dos bairros sociais, (...) que implicou a reabilitação do bairro integral, ou seja, não só fachadas e exteriores mas as habitações por dentro, todas elas foram reabilitadas com cozinhas novas, pisos novos, casas de banho adaptadas por causa de questões óbvias da baixa mobilidade, etc...concorremos ao 1º Direito e já concluímos a Estratégia Local de Habitação e já estamos em fase final de candidaturas, ou seja, neste grupo de Novas Gerações de Políticas Habitacionais, eu julgo que o Concelho tem sido perspicaz no aproveitamento que elas nos trazem. (E1)

E ainda,

Nós a nível de políticas habitacionais, eu acho que há muita coisa que alterou, não tenho bem a certeza mas só o facto de estarmos com o projeto do 1º Direito. [o profissional parou por uns momentos como se estivesse a pensar nas respostas atribuídas antes dos novos instrumentos]. Antes de proceder com a candidatura do 1º Direito, o Município já tinha no Regulamento de Apoio a Habitação, o Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, onde existem vários apoios, um deles é o apoio direto á habitação e o apoio a habitações degradadas (E3)

Tendo em conta o perfil dos profissionais, organizámos a sua visão de intervenção segundo a perspectiva de Dominelli (1998). Veja-se o quadro n.º 3:

Quadro n.º 3. Visão da Intervenção tendo em conta Perfis Profissionais avançados por Dominelli (1998).

<p style="text-align: center;">Emancipatória</p> <p>Para Dominelli (1998, citado por Marques 2016) a visão Emancipatória acontece quando o assistente social através da prática “procura concretizar a justiça social por meio da mudança social e individual” (p 235).</p>	<p>Referente ao Malcolm Payne, Coletivista, parece-me que o capacitar o indivíduo para que consiga transformar o sistema, obviamente e depois a Emancipatória de Dominelli. (E1)</p>
<p style="text-align: center;">Adaptativa</p> <p>A visão adaptativa implica o assistente social na implementação de condições de adaptação “pretende que o indivíduo se ajuste e seja capaz de desenvolver a sua vida de acordo com as normas” (Marques, 2016, p.235)</p>	<p>A adaptativa, neste momento, neste preciso momento em que estamos a viver agora. (E2)</p> <p>Na minha prática é a Individualista-reformista e a Adaptativa de Dominelli (E7)</p>
<p style="text-align: center;">Terapêutica de Ajuda</p> <p>A visão terapêutica de ajuda implica os profissionais “na procura do entendimento do indivíduo sobre si, e os outros e o meio” (Marques, 2016, p.235).</p>	<p>(Não se registou qualquer alusão ou narrativa)</p>

Fonte: Elaboração própria tendo em conta os dados recolhidos.

Segundo a perspetiva da prática de Dominelli, os profissionais estão dispersos: um entrevistado considera a prática emancipatória e dois consideram-na adaptativa. Deprendemos que a intervenção do profissional procura orientar os indivíduos a seguirem normas tendo em conta o seu poder de decisão. Apenas um profissional orienta a sua intervenção segundo a perspetiva “emancipatória”, isto é, procura “promover o bem-estar através da transformação das atuais configurações da desigualdade e do mal-estar que inibe as pessoas de realizarem o seu pleno potencial” (Dominelli, 1998, citado em Marques e Carvalho, 2021, p.100).

A abordagem do serviço social municipal, nos territórios de estudo, indica que os profissionais trabalham, explorando as subjetividades dos públicos, de modo a saber o que os requerentes/usuários pretendem. A sua intervenção segue uma corrente mais conservadora e clássica do serviço social individual, que reforça a relação de afeto, entre o profissional, o indivíduo e a comunidade, no agir profissional. Os profissionais consideram importante pensar em novas configurações da sua ação pública, através de abordagens *in loco*, de modo a monitorizar a habitação atribuída, a sua adequabilidade às necessidades básicas dos sujeitos locais. Vejam-se os seguintes discursos:

Eu acho que, o facto de nós estarmos, não estamos obrigados, mas o facto de termos esta iniciativa de ir ao bairro semanalmente e contactar com as pessoas semanalmente e nós próprios avaliarmos as necessidades das

peçoas, acho que é uma mais valia e é uma forma inovadora de trabalhar que, eu pessoalmente, pude constatar ao longo dos anos aqui.(...) Há uma frase muito gira da Isabel Guerra, e ela, por estarmos a falar nestas construções e não se ter em conta as questões sociais etc...ela diz que as peçoas não são coisas que se põem em gavetas, e para mim já diz tudo (E1)

E também,

Eu acredito que essas alterações tenham sido, de alguma forma, por quem está no terreno que se depara com essa realidade, e acredito que essa realidade veio fazer com que haja esta alteração neste momento nestas políticas de habitação (E2)

Os profissionais destacam a importância de práticas deslocalizadas, de maior proximidade,

Sim, há muitas situações que nos chegam até da própria habitação, por exemplo, através do nosso gabinete itinerante municipal, portanto nós temos duas carrinhas que se deslocam às aldeias e muitas das situações até nos chegam através desses técnicos que percorrem diariamente as aldeias e depois acabamos por articular com a divisão e com essas peçoas por forma a tentar verificar quais são as condições de habitação (E3)

E práticas de transformação das estruturas sociais, individuais, familiares, do bairro, do sistema de apoio.

Sim, eu penso que sim, não é? Até porque, nós enquanto... nós antes de ser técnicos também somos cidadãos, e como é óbvio acho que temos de ter essa obrigação de estarmos dispostos a criar aqui alguma mudança. (E7)

Constatámos através dos discursos dos profissionais que a relação entre o assistente social e as peçoas requer proximidade e conhecimento dos respetivos territórios, nomeadamente do espaço habitacional e da sua interação com espaços vizinho, pois estes são critérios permitem encontrar soluções e respostas adequadas na área da habitação.

Devido à proximidade dos municípios com os problemas da habitação e com as peçoas, os entrevistados referem que as políticas implementadas são, na sua maioria, ajustadas ao território, contudo destacam desafios de deslocalização da própria habitação,

no entanto esta dimensão é complexa. Não pode ser excludente, fatalista e imposta. Vejam-se os seguintes discursos:

Não. Não devia estar a dizer isso, mas digo isso a quem me perguntar, e por isso não, não acho [oentrevistado refere não concordar, em parte, com algumas políticas implementadas pela autarquia, dado que na sua opinião as pessoas deveriam ser “deslocalizadas”, ou seja, considera que a autarquia deveria apostar mais na reabilitação de casas nas zonas rurais e não em zonas urbanas (E7)

E ainda,

Eu penso que devia haver outro tipo de resposta, (...) e as casas nas aldeias obviamente são muito mais baratas e há muitas casas fechadas, muitas delas] vão acabar por cair porque ninguém quer ir para lá viver. Acho que devia ser pensada pela própria autarquia, por exemplo (...) tentarmos proporcionar a uma família que precisasse de uma habitação social, a compra da própria casa nem que isso implicasse ir viver para uma aldeia, e dessa forma não existiria uma desertificação (...), mas acabava também ser uma resposta e a pessoa acabava por ter uma casa (...), estamos a falar de valores muito mais baixos do que uma casa que esteja á venda na cidade (E2)

Os entrevistados consideram igualmente importante, com vista à inovação da prática, planear com o propósito de colmatar o problema e mediar a defesa desse direito. Afirmam que hoje as pessoas/ possíveis beneficiários estão mais informadas dos seus direitos, são mais exigentes na reivindicação dos mesmos o que desafia os profissionais a encontrar soluções junto das chefias. Os entrevistados referem que a mediação e a predisposição dos profissionais à inovação é maior, os quadros legais e as exigências dos públicos são claramente identificados como os fatores que os desafiam a encontrar novas soluções e a minimizar o problema de falta de resposta ao problema de habitação.

Tudo, todos eles tiveram um contributo, julgo eu. Os normativos obviamente são importantíssimos, não é? mudança normativa é importantíssimo.(...) ouvir os beneficiários também é importante, ouvir aqueles que trabalham nesta área é importantíssimo, porque são estas pessoas que trabalham na área que se vão dando conta do que é que estamos a criar, que se vão dando conta dos problemas que surgem, e da necessidade

de mudar, porque só, com esta atuação de terreno e verificação in loco do que está a acontecer é que podemos mudar, portanto eu acho que todos eles tem um fator de participação importante (E1)

E ainda,

Sim, eu acho que há aqui um conjunto de situações que podem ser determinantes, não é? Claro que o facto de não termos resposta, o público, as pessoas em si, acabam por fazer uma pressão bastante grande, estamos aqui a falar a nível de concelho mas também a nível nacional e daí também termos e terem surgido estas novas políticas, não é? Era imperativo dar-se uma resposta ao problema de habitação em Portugal, não só habitação social mas no problema da habitação, e daí ser quase todos os municípios neste momento, alguns deles já há muitos anos já implementavam muitas destas medidas (...) (E7)

É demonstrado, através dos discursos dos entrevistados, a importância da ELH dos respetivos concelhos, como instrumento fundamental em matéria de habitação pois permite apurar as reais lacunas habitacionais, bem como adotar uma política pública ajustada a cada território. De referir, ainda, que a ELH é um dos requisitos obrigatórios para o acesso à política do 1º Direito – Programa de Apoio ao Arrendamento, política essa requisitada por todos os concelhos do presente estudo, tal como verificado anteriormente.

4. Discussão dos resultados

O Estado há mais de 30 décadas não investe em Habitação Pública, recorde-se que o maior investimento de habitação social em Portugal⁵ foi lançado em 1993 com o Plano Especial de Realojamento (PER) no qual foram aplicados 1,4 milhões de euros traduzidos em casas entregues a 34.500 famílias. Na atualidade a falta de investimento e de habitação é o tema diário mais discutido, porém sem grandes resultados práticos. A habitação não pode ser analisada e trabalhada à parte de outros fatores, como o mercado de trabalho, as dinâmicas territoriais e as estruturas familiares.

⁵ consultado no site expresso: <https://expresso.pt/iniciativaseprodutos/projetos-expresso/5-decadas-de-democracia/2023-05-01-O-Estado-deve--ou-nao--investir-em-habitacao-social-e-acessivel--bdf59b08>

Na mutação constante das sociedades destacam-se problemas complexos que combinam a vulnerabilidade económica com dimensões como a dificuldade no acesso a direitos sociais, a interculturalidade, a multiculturalidade, entre outras. Esta realidade social reforça a necessidade de intensificar a consciência da questão ética, imprescindível ao agir profissional.

Com a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) as práticas do assistente social na área de habitação pública diversificaram-se. Hoje, além da atribuição da habitação social há novas respostas como o subsídio ao arrendamento ou a reabilitação de fogos a famílias vulneráveis.

Todos os entrevistados referem a importância da Nova Geração de Políticas de Habitação, no entanto, consideram importante pensar em novas configurações de ação pública, por julgarem as políticas atuais ainda insuficientes, sugerindo a necessidade de repensar as políticas de garantia de atribuição à habitação adequada, reforçando os recursos municipais para a satisfação das necessidades básicas dos sujeitos locais com critérios de apoio.

A expansão de hábitos de avaliação é um fator importante na conceção e execução de políticas de habitação. Para Romeiras (2009) é fundamental existir “uma cultura de avaliação sistemática das políticas ou de programas de habitação” (p.193) que permita determinar o desempenho e a efetividade dos processos. A inexistência de hábitos de avaliação, segundo a experiência de terreno de Romeiras (2009), poderá constituir-se como barreira ao sucesso das políticas e da ação do serviço social.

Na relação que o assistente social estabelece entre a teoria (conhecimento) e a prática (realidade) é determinante, como refere Batista (2001) citando Marx “o momento essencial da compreensão dessa realidade humano-social”, que decorre no “paradigma do trabalho”, que só é possível, porque “o homem é o único ser que constrói a sua história, indo além do reino das necessidades em busca do reino da liberdade: ele é sujeito e objeto da sua criação, o mundo humano-social” (Batista, 2001, p.12).

Como se verifica no ponto 3.2 deste artigo, é fundamental que os assistentes sociais envolvam os sujeitos através de um diálogo democrático com o propósito de capacitar e chamar os sujeitos a participar na resolução dos seus problemas. Segundo Nothdurfter & Lorenz (2010, citados pelo *Journal of Comparative Social Work* (2013/1) as conversas informais são fundamentais para criar políticas sociais que vão ao encontro da real

necessidade dos sujeitos. A mesma fonte refere que

Trazer o conhecimento de nível de rua como resultado de um diálogo dialético e democrático entre aqueles que implementam estratégias de políticas sociais e os respetivos grupos-alvo de utilizadores dos serviços pode ser tornar uma estratégia promissora para superar uma agenda reducionista, de gestão e instrumental do – o que funciona- e desenvolver políticas sociais mais eficazes, mais precisas e provavelmente mais justas (p.13).

A prática do assistente social, para além de envolver diferentes pessoas e recursos, não deve afastar-se de um conjunto de normas e procedimentos estabelecidos, na iminência de criarem tensão no que respeita à sua identidade quando confrontados com a “diferenciação entre as referências propostas na formação e as existentes na prática” (Granja, 2014, p.70).

A burocracia que as novas políticas de habitação exigem também é um fator condicionador da prática, implicando nomeadamente, respostas rápidas e emergentes, desviando o profissional da área da habitação, de efetuar uma resposta estruturada, substantiva e uma resposta de mediação, centrando o assistente social em pequenos complementos diretos e indiretos da resposta de habitação. Contudo, e atendendo às constantes mutações da sociedade e consequentes políticas sociais, a prática do serviço social procura uma visão mais integradora na qual analisa todo o contexto político e organizacional iniciando, assim, uma rotura com a vertente mais clássica.

Desta forma, é crucial que o assistente social assuma um caráter técnico-operativo e ético-político, essenciais no desenvolvimento de atividades e ou na mobilização dos instrumentos, quer municipais quer universais, procurando dessa forma desvincular-se de uma visão assistencialista, seguindo os princípios do desenvolvimento e profissionalização do serviço social: teórico metodológico, ético-político e técnico operativo.

Conclusão

A habitação é um fator importante nos equilíbrios das comunidades, e neste sentido, muitas políticas, medidas e estratégias, estão permanentemente a ser pensadas e realizadas para que possamos colmatar os problemas de uma habitação acessível para

todos, nomeadamente, através do aumento dos alojamentos públicos, de uma maior reabilitação da habitação privada e de *upgrades* de incentivo ao arrendamento, conforme o que também está previsto pela Nova Geração de Políticas Habitacionais.

Podemos apurar que a visão da prática não difere de acordo com o território. A maioria os entrevistados perspetivam como dominante na sua prática a visão individualista-reformista. Segundo Malcolm Payne (2002) a visão individualista-reformista “define objetivos claros e envolve o planeamento e a prestação de serviços e ajuda individual de forma organizada e eficiente” (p.129). Neste sentido, o profissional procura auxiliar os sujeitos a ajustarem-se à realidade, e assumem-se como um mediador que fornece serviços de apoio social, segundo os instrumentos que dispõem, podendo ser interpretada esta prática, como uma abordagem clássica de tipo assistencialista.

Nos territórios em estudo, verifica-se que a teoria dominante na orientação da prática no rural é a teoria sistémica, ou seja, os profissionais utilizam várias técnicas e métodos de modo a dar resposta integral ao problema. Também um dos territórios urbanos revela que a sua prática é orientada pela teoria de sistemas, considerando que é necessário conhecer a comunidade e perceber a realidade atual para a atribuição de respostas eficazes, que trabalhem integradamente os problemas do indivíduo. Os profissionais consideram que utilizam várias técnicas para elaborar um bom e eficaz diagnóstico social, e assumem-se como uma pessoa de “terreno” e não de gabinete.

Há, no entanto, práticas num dos territórios urbanos, proveniente de outro profissional, que se posiciona na prática orientada por teorias psicologizantes, por considerar que a sua prática está direcionada para apoios de emergência, centrados em atividades específicas, procurando capacitar os sujeitos e desenvolver sentimentos de bem-estar.

É importante que os assistentes sociais adotem o paradigma e ou visão alternativa, dado que o problema da habitação é um problema estrutural. As alterações nas políticas de habitação e a forma de trabalhar a habitação social têm sido incapazes de reforçar recursos (à exceção dos últimos anos com o subsídio de arrendamento e reabilitação urbana) e de criar novos formatos de implementação do direito à habitação.

Bibliografia

- Amaro, I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Universidade Católica Editora.
- Antunes, G. (2018). *Políticas de Habitação -200 anos*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Batista, M. (2001). *A investigação em Serviço social*. CPHITS – Centro Português em História, Investigação e Trabalho Social.
- Bento, M. (2016). Políticas Sociales, territorialización e Trabajo Social. Cuadernos de Trabajo Social – Revista de Trabajo Social. Madrid, Universidade Complutense de Madrid
- Córdoba, S. (2019). *Scope of Social Work Practice Housing & Homelessness*. Australian Association of Social Workers. <https://www.aasw.asn.au/document/item/12225>
- Dominelli, L. (1998). Anti-Oppressive Practice in Context. In R. Addams; L. Dominelli e M. Payne (eds.) *Social Work: Themes, issues and critical debates* (pp.3-22). Mac Millan Press.
- Guerra, Y. (2000). Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. *Revista Serviço social e Sociedade*, n.º 62. <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/unid-1-unidade-i-servico-social-instrumentalidade-e-a-relacao-entre-teoria-e-pratica/texto-2-guerra-yolanda-instrumentalidade-no-trabalho-do-assistente-social-in-capacitacao-em-servico-social-e-politica-socia/view>
- Gonçalves, H. (2012). *Estratégias Coletivas de Governança Local no Campo Social*. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. http://associacaoportuguesasociologia.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0016_ed.pdf
- Granja, B. (2014). Contributos para a Análise das Formas Identitárias dos Assistentes Sociais. In Carvalho, M.I & Pinto, C. (Org.), *Serviço social: teorias e práticas*, Edição
- Lima, N. (1995). Serviço social de Empresa. *Revista Investigação e Debate n.º 1*, pp.4-9
- Lyngstad, R. (2013). Social work in municipalities – contested changes with implications for the profession?, *Journal Of Comparative Social Work* <https://journals.uis.no/index.php/JCSW/article/view/94/77>
- Matos, F.L. (2001). *A Habitação no Grande Porto – Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do sec. XIX ate ao final do milenio*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14995>
- Marques, J. (2016). *Itinerário de uma política: olhares sobre o rendimento social de inserção no concelho de Aveiro*. [tese de doutoramento em Serviço Social, Universidade Lusíada]. <http://hdl.handle.net/11067/2531>
- Marques, J. & Carvalho, K. (2021). Entre a teoria e a prática: visões das assistentes sociais. *Revista Temas Sociais*, n.º 1, pp.89-103. <https://orcid.org/0000-0002-0088-8260>

Noronha, A. (2011). *Práticas de Gestão no Agir do Assistente social: Uma análise exploratória*. [Tese de Mestrado em Serviço social na Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga] <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12010/1/tese%20ana%20noronha.pdf>

OCDE (2021). *COVID-19 and Well-being*. Relatório da OCDE. <https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/covid-19-and-well-being>

Payne, M. (2002) *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Quarteto Ed.

Romeiras, R. (2009). O Papel do Serviço social na concepção e execução de políticas de habitação. A prática profissional em processos de realojamento, segundo uma perspectiva de território. *Intervenção Social*, n.º 35, pp. 188-195.

Santos, M., Resende, C., Alves, A., Oliveira, C., Andrade, F. & Silva, P. (2014). A *Atuação do Assistente Social na Habitação sob a Ótica dos Novos Espaços Socio Ocupacional*. Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais, Vol. 1, N. 2, pp. 137-146

Serra, N. (2005). *Estado, Território e Estratégias de Habitação*. Quarteto

Silva, M. O. (1989). *Política habitacional brasileira, versos e reverso*. Cortez

Viscarret, J. (2007). *Modelos y métodos de intervención en trabajo social*. Alaienza Editorial.

Weber (2004). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*.: Ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Yin, R. (2001). *Estudo de Caso*. Planejamento e Métodos 2ª Ed. Bookman Companhia Editora.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman.